

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**

**23 a 25 de julho de 2017**

**GT08 – HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL**

**A CULTURA SOB PERSPECTIVA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE  
SOCIOLOGIA NA DÉCADA DE  
1930**

Tatiane Oliveira de Carvalho Moura

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## Resumo

Esse trabalho apresenta um estudo em andamento que tem por objetivo analisar como é tratada a temática da cultura em livros didáticos de sociologia na década de 1930. O livro de sociologia pode servir como fonte para se perceber quais foram os principais conflitos educacionais da época, além de como os autores conceituavam a cultura. Considerando a inter-relação entre fatores sociais, econômicos, educacionais e acadêmicos, está sendo feita uma pesquisa bibliográfica e análise acerca de alguns dos livros e manuais voltados para a escola secundária da época. A sociologia é uma disciplina intermitente na educação básica, e aí reside uma questão político-pedagógica. A década de 1930 foi escolhida por ser um período de ebulição econômica, política, social e educacional. Além disso, foi também a fase em que as ciências sociais se institucionalizavam no Brasil.

**Palavras-chave:** Livro Didático, Cultura, Institucionalização das Ciências Sociais

## Introdução

Este artigo procura levantar uma possível inter-relação entre como é tratada a temática da 'cultura' em livros didáticos de sociologia e o cenário sociocultural na década de 1930 no Brasil. Assim, através de levantamento bibliográfico, os livros didáticos de sociologia da década de 1930 servirão de fonte documental, podendo, dessa forma, mostrar como se pensava o conceito de 'cultura' à época. O livro didático de sociologia é um

[...] recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral. São reveladores do modo como uma disciplina especializada é tornada visível para o público amplo. É a isso que damos o nome de 'rotinização' de uma área de conhecimento. Em outras palavras, os livros didáticos são fontes de análise que permitem reconhecer condições de circulação ampliada de um determinado campo de conhecimento, os agentes protagonistas desta tarefa e principalmente a natureza dos processos de seleção e 'canonização' de certos conteúdos, autores, temas, teorias e abordagens. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo, um 'lugar' privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (MEUCCI, 2013, p.6).

A importância desse trabalho assenta-se no enriquecimento da discussão sobre como é construído um livro didático, em especial o de sociologia. Desta maneira, ajuda a pensar sobre fato de o livro ser um bem cultural que reflete o conhecimento escolar produzido no Brasil (MEUCCI, 2013). Ainda, como o trabalho pretende apoiar-se na problemática proposta por Meucci (2000), sua

originalidade está no enfoque diferenciado e específico dado ao tema da 'cultura'.

## **Discussão**

### *Acerca do cenário brasileiro*

Nos anos 20, muitos fatos evidenciavam as transformações que se processavam em vários aspectos da vida social. O noticiário da imprensa da época registrava os novos acontecimentos, acompanhando a remodelação do cenário urbano e o que isso suscitava. Era frequente o uso do termo *moderno* para valorizar produtos, como algo positivo (SELLARO, 2009, p.25).

Economicamente, o café dava destaque ao Brasil no plano internacional, além de conferir às elites agrárias poder político. Se até a I Guerra Mundial, o pacto oligárquico havia funcionado conferindo poder às elites agrárias do centro-sul, especialmente São Paulo e Minas, a insatisfação das elites marginais do restante do país ajudou a desfazer essa lógica de organização político-econômica. Segundo Fiori (2003),

A Primeira Guerra Mundial, que sinaliza o fim da hegemonia inglesa, foi responsável por um forte abalo em nossa economia de exportação e na capacidade de importar, afetando, em consequência, nossos mecanismos internos de financiamento e o padrão de vida das populações dependentes das atividades agromercantis e urbanas ligadas ao comércio internacional (FIORI, 2003, p.124).

Essa disputa política acabou resultando naquela que Skidmore (1982) chamou de 'Revolução de elite'. "Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getulio Vargas, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório" (SKIDMORE, 1982, p.21).

A política na era de Vargas, de certa forma ambígua, utilizava as riquezas do café para abastecer uma elite urbana em formação, numa tentativa de industrializar o país. Ao mesmo tempo, o governo comprava e queimava as sacas excedentes de café para evitar o enfraquecimento do produto ante o mercado internacional. Foi neste equilíbrio de forças, entre elites, exército, classe média e trabalhadores que Vargas governou. Um dos objetivos do governo varguista foi a centralização do estado brasileiro, através de um sentimento de brasilidade, um patriotismo. Dessa maneira,

[...] o mundo urbano que se expandia e se industrializava era portador de novas potencialidades, mas seu dinamismo e seus rumos dependiam de uma reestruturação das formas de operar do universo agrícola. Vê-se assim que, na formulação de alguns dos principais autores da década de 1930, o legado das formas de organização social do mundo rural pesa sobre o presente de modo bem mais substancial do que uma simples tradição a ser superada (SACHS; *et al*, 2001, p.48).

Através também da literatura da época é possível perceber uma valorização da ciência, da cidade, da mudança, já que o modernismo na literatura foi um movimento de exaltação das máquinas, da velocidade, dos carros como principal meio de transporte. Os cenários retratados eram os urbanos, a vida já começava a ser focada na cidade. “A vida na cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas também, porque é considerada uma forma superior de existência” (MELLO, 1998, p.574). Percebe-se um êxodo que confere às cidades uma superlotação.

É neste cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais para o Brasil e o mundo que a educação surge como alternativa para formação de pessoas.

Os educadores acreditavam, sobretudo na década de 20, que a expansão de uma educação baseada nos princípios doutrinários da Escola Nova, ao atingir grandes contingentes populacionais, seria capaz de inseri-los na senda do progresso, impulsionando o Brasil na trilha das grandes nações do mundo (SELLARO, 2009, p.22).

É nessa perspectiva que a educação aparece como forma de transformar o Brasil de agrário e considerado atrasado em um país moderno e integrado ao mercado internacional. A sociologia, disciplina ainda nova no Brasil naquela época, vai consolidando seu espaço, tanto no nível médio como no superior.

### *Da perspectiva educacional*

Também é no início dessa década (1930) que foi criado o Ministério da Educação e Saúde, ocupado primeiramente por Francisco Campos e depois por Gustavo Capanema. As primeiras reformas implementadas nesse Ministério visavam instituir uma política nacional de educação sobre três pilares principais: uma educação geral comum em todos os Estados da federação, o atendimento às exigências de uma sociedade industrial e urbana, a constituição de um povo e um de projeto para a nação.

A criação desse Ministério foi precedida por uma série de reformas educacionais ocorridas desde os anos 1920, em vários

estados do Brasil, praticamente todas levadas a cabo por educadores influenciados pela Escola Nova. Apesar das diferenças existentes dentro do escolanovismo brasileiro, resultantes de filiações partidárias e ideológicas distintas, havia muita coisa em comum entre os educadores, resultado também de leituras comuns, como Durkheim, Dewey, Decroly, Kilpatrick, Claparède, entre outros. Isto tornou possível construir uma aliança em defesa de mudanças significativas no sistema escolar brasileiro, lançando o Manifesto da Educação Nova, em 1932 (TAVARES, 2012, p.3).

A democracia, acreditava-se, era resultado da mente dos homens, por isso a necessidade em moldá-las (CUNHA, 1999). Nesse momento, os pensadores brasileiros interessados nos rumos da educação, envolveram-se com um movimento mundial de redefinição da escola. A escola seria a mais importante e única instituição capaz de projetar o Brasil à modernidade mundial. “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação” (MANIFESTO 1932, p.1).

Todas essas mudanças só seriam pensadas uniformemente se fossem dadas para toda a população, independente de sua classe ou cor, afinal eram justamente as classes baixas que precisavam se adequar aos novos postos de trabalho. As elites também estavam se adequando, já que as oligarquias rurais estavam, em parte, falindo e perdendo poderio político. Por outro lado, as elites urbanas e industriais começavam a despontar e a disputar os rumos tomados no país. Desta forma, era uma ebulição em diversos setores que culminava em uma mudança nos rumos da educação brasileira. Assim coloca Azevedo (1976):

Pode-se admitir que a reforma de 1928 tenha sido, como já se descreveu, “um movimento ideológico de grande envergadura que abriu para o país e para o problema da educação nacional perspectivas inteiramente novas, colocando o Brasil na corrente de ideias defendidas pelas maiores figuras de filósofos e técnicos de educação”. Mas se ela foi a “geratriz do grande movimento renovador da educação no Brasil”, foi também uma das manifestações ou um “sintoma” do novo estado de coisas que se estabeleceu, sob a pressão de causas econômicas, sociais e políticas, e dessa fermentação de ideias que, depois da guerra de 1914, se alastrava por todos os domínios culturais (AZEVEDO, 1976, p.166).

Há que se notar que esse escrito de Azevedo se deu em 1976, quando ele já olhava posteriormente para o legado daquele que seria um dos maiores movimentos educacionais no Brasil, o Manifesto Escola Nova em 1932.

Basicamente, o Manifesto tinha como causas principais a laicidade na educação, o que coloca em evidência a disputa de sentido com a Igreja Católica. Também, a formação voltada para o trabalho, com um ensino mais técnico e prático, aos moldes de Dewey. A formação de professores inculcados nessa nova ideologia do ensino mais pragmático e menos livresco. Esse aspecto ressalta o fato de o Brasil estar vivendo um processo de industrialização, de necessidade de mão de obra. Outro aspecto defendido no Manifesto é a cientificidade no ensino, mesmo nos graus mais baixos. “O Movimento Escola Nova é difusor da introdução de procedimentos científicos no campo pedagógico” (CUNHA, 1999, p.1). Assim, defendia-se que era necessário um ensino que utilizasse a realidade pragmática como objeto para o conhecimento científico.

Sobre a influência da religião no ensino básico e mesmo superior, há que se notar que até aquele momento a Igreja Católica era a principal instituição responsável pela educação. Dessa maneira, “a criação do Ministério da Educação e Saúde inaugura espaços de poder de importância estratégica na configuração e no controle técnico e doutrinário do aparelho escolar” (CARVALHO, 1999, p.17). Como coloca Carvalho (1999), havia grande disputa entre católicos e pioneiros pelos rumos da educação. “[...] a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi, nos anos vinte, a principal instância de articulação do chamado movimento de renovação educacional no Brasil” (CARVALHO, 1999, p.17).

A disputa entre católicos e pioneiros era clara e também refletia nos livros de sociologia da época. Existiam, segundo Meucci (2001), duas principais vertentes quanto aos livros escritos entre 1930-1948.

Uma dessas vertentes é composta de autores conservadores católicos como Le Play e, principalmente, Jacques Maritain. Esses autores franceses fundamentavam os argumentos de nossos intelectuais cristãos ligados ao movimento de Reação Católica que, com muita frequência publicavam manuais de sociologia dedicados ao ensino da disciplina nas escolas e institutos superiores católicos (MEUCCI, 2001, p.126). A outra vertente é composta por um conjunto de intelectuais franceses que contribuíram para o reconhecimento da sociologia no quadro de disciplinas científicas (MEUCCI, 2001, p.127).

Esse momento de disputa pelos sentidos nos livros da educação básica é também de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

### *Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil*

A institucionalização das ciências sociais no Brasil esteve fortemente ligada à política, e, em decorrência, às elites. Em São Paulo, o projeto a ser encabeçado pelas elites paulistas começou a ser 'invadido' pelas classes emergentes de imigrantes, na maioria italianos, ou mulheres. Já no Rio de Janeiro, as ciências sociais tinham forte vínculo político, fazendo até mesmo com que Miceli (1987) afirmasse que o conteúdo das pesquisas cariocas era mais ligadas à política, de cunho emergencial, enquanto que as pesquisas uspianas tinham caráter mais científico de discussão teórica. É certo que além do objetivo de ser um curso voltado para a elite intelectual e pensante brasileira, era também voltado para a formação de professores secundários, considerando aqui o peso da educação e da profissão de professor.

Não foi só nos centros Rio São Paulo que as ciências sociais se institucionalizaram no início do século XX. Também em outros centros como Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Segundo Miceli (1987) as ciências sociais adentraram com menor força nesses últimos estados. Em Minas Gerais, por exemplo, o primeiro ano de curso, 1941, contou com apenas quatro alunos, sendo encerrado no ano seguinte. Em Pernambuco, a disciplina teve maior impacto. Gilberto Freyre, um dos principais autores pernambucanos, ganhou repercussão nacional, sendo à época um dos mais importantes pensadores brasileiros. Apesar de ter lugar de destaque nas ciências sociais no Brasil, Freyre foi bastante criticado posteriormente. Na Bahia, as ciências sociais tiveram pouca repercussão, sem autores de grande peso, naquele momento, para o pensamento social brasileiro (MICELI, 1987).

No início do século XX, em especial na década de 1930 por causa da emergência de questões políticas, estava em jogo o projeto de nação a ser discutido. Esse projeto perpassava todos os campos: o político, o econômico, o educacional, o ideológico, e o intelectual. Por isso era tão importante para o governo agregar forças de vários lados. No plano intelectual,

Liberais, católicos, integralistas e simpatizantes de esquerda, os representantes de todos os matizes do espectro doutrinário da época estavam empenhados em construir e veicular o 'retrato do país' melhor ajustado às pretensões de influência da facção ou instância protetora a que estavam ligados. Sentindo-se ainda bastante marcados pelos precursores modernistas, continuavam a essa altura divididos entre a meta do renome literário e o *status* conferido pela carreira de pensador ou ensaísta, espremidos entre as servidões do funcionalismo público e as atividades no jornalismo, desejosos de salvar o país sem perder a si mesmo e aos seus (MICELI, 1987, p.12).

De certo que o fato de a sociologia fazer parte do currículo da escola secundária ratificou sua presença também nos meios acadêmicos. Se até a década de 1920 a sociologia entrava como disciplina nos cursos de direito criminal e mesmo de medicina, a partir da década de 1930 muitos foram os livros e manuais voltados para o ensino de sociologia em nível médio.

A sociologia surge no momento em que se queria, a um só tempo, reconhecer a realidade social do país e constituir a nação; em que se formava uma nova percepção da sociedade, do conhecimento e do papel dos intelectuais. Nesse sentido, nossos autores compreenderam que o conhecimento sociológico era a base para a transformação dessa realidade e os sociólogos seriam agentes privilegiados para a execução da obra de constituição da nação.

A disciplina sociológica, nesse processo de mudança de consciência, corporificou essas novas tendências, sobretudo o desejo de mudar o país, dar-lhe novo destino, inventar novas e antigas tradições. Para muitos, como Mário de Andrade, a sociologia afigurou ser 'a arte de salvar rapidamente o Brasil' (Apud Costa, J.C., 1968, p.139) (MEUCCI, 2001, p.155).

A compreensão sociológica acerca dos livros e manuais de sociologia da década de 1930 ajuda a fazer uma observação inicial de como algumas dessas obras percebiam a cultura, e mesmo se esta temática era considerada na época.

#### *Alguns livros e manuais da década de 1930: primeiras observações*

[...] parece evidente que os autores dos primeiros manuais didáticos de sociologia exerceram papel fundamental no processo de institucionalização da disciplina. Foram responsáveis pela elaboração dos livros por meio dos quais se formaram os primeiros portados (especializados ou não) do



conhecimento sociológico entre nós. Elegeram os termos, teorias e conceitos da disciplina nova, reuniram e apresentaram métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica, traduziram pequenos trechos de textos inéditos e, sobretudo, acolheram as expectativas em relação à contribuição do novo campo de conhecimento (MEUCCI, 2001, p. 122).

Deve-se considerar que nesta abordagem apenas alguns dos livros da época são trabalhados, dado que não foi possível reunir todas as obras. Seguindo a lista de obras de Meucci (2000), entre as publicações localizadas, e considerando a ordem cronológica, é 'O que é Sociologia?' de Rodrigues Meréje (1935). Nascido em 1901, Meréje exerceu a função de professor de sociologia da Escola Normal de Agudos do Sul (MEUCCI, 2000). Autor de diversas obras, entre as quais se destaca 'Sociologia Geral', lançada em 1934. O acervo de Meréje é diverso, passando de obras de cunho biológico, como 'Observações sobre o sapo' (1922), até política, como 'Os partidos políticos' (1930).

Em consonância com os outros autores pesquisados, Meréje não inclui em nenhum momento a palavra 'cultura' no seu índice. Contudo, faz indicativos de discussões nesse sentido em capítulos como 'Homem-Massa e Homem-Antena', 'A influência do meio' e 'Teoria das raças'. É bom lembrar que, naquele momento, mesmo a sociologia compartilhava da influência do meio sobre as ações humanas. Outra característica que se percebe no livro 'O que é Sociologia?' é a presença de autores franceses, em especial Durkheim. "Com efeito, os autores franceses e norte-americanos, seus conceitos, teorias e métodos são os que mais frequentam as páginas de nossos primeiros livros didáticos de sociologia" (MEUCCI, 2001, p.123).

No capítulo 'Homem-Massa e Homem-Antena', Meréje (1935) faz muitas analogias com as ciências naturais, como a biologia e a química. Como por exemplo, Meréje utiliza uma ilustração da química para definir o objeto da sociologia, que seria o todo, a sociedade, diferenciando da psicologia, que estuda a parte, o indivíduo.

Meréje ainda classifica a sociologia como uma disciplina ainda a se desenvolver, se comparada às ciências naturais. "As ciências avançadas, assim lhes é inerente, como a Química e a Astronomia, acham-se mui adiante á Psicologia e á Sociologia" (MERÉJE, 1935, p.53).

No que se refere à relação sociológica, o autor mostra em alguns momentos que há o peso da sociedade sobre o indivíduo. “Antes de alguém vir ao mundo já as normas do convívio social antecipam as suas cautelas em derredor do nascituro, para ampará-lo e recebe-lo” (MERÉJE, 1935, p.46). Mas também deixa clara a sua crença de que há determinismos biológicos sobre o corpo humano, como por exemplo em relação ao sexo. “A marca da fabrica – os caracteres sexuais, são os agentes de determinação interior, em derredor dos quais gravita a vida psíquica do individuo [...]” (MERÉJE, 1935, p. 48).

As analogias com a biologia continuam no quarto capítulo, intitulado ‘A influência do meio’. Para explicar a variabilidade da espécie humana, Meréje utiliza a flora e fauna tropicais. Todavia, não credita ao meio uma ação direta de interferência aos ‘tipos humanos’.

A variabilidade da espécie humana não é tanto função do meio: deriva mais direta e energicamente do cruzamento de raças diferenciadas em épocas remotas, e, como vimos, da técnica, da natureza do trabalho a que se dedica o homem (MERÉJE, 1935, p.87).

Já no quinto capítulo, ‘Teoria das raças’, Meréje utiliza o conceito de Prichard de raça. “Sob o nome de raça compreende-se a coleção de indivíduos que apresentam, mais ou menos, caracteres comuns, transmissíveis por hereditariedade, cuja origem é posta de lado e sob reserva” (PRICHARD s/d *apud* MERÉJE, 1935, p.97 e 98). O autor apresenta as abordagens a respeito de raça, mas em nenhum momento trabalha com a ideia de ‘cultura’ para explicar as diferenças humanas. De início, colocando a “teoria das raças, ou racismo” (MERÉJE, 1935, p.98), o autor fecha o capítulo com a ideia de que não existe superioridade de raças. “A pureza e superioridade das raças é um mito. Não existe raça pura” (MERÉJE, 1935, p.105). Contudo, ainda incide na abordagem biológica de caracterização dos seres humanos.

Ainda em 1935, outra publicação voltada para escolas secundárias foi ‘Noções de Sociologia’ da autora Madre Francisca Peeters. Esse livro é voltado para escolas confessionais, tendo sua capa ilustrada com a imagem de São Thomaz de Aquino. Já no índice fica clara a abordagem católica da autora, que inclui capítulos como: ‘A Religião; sua origem’, ‘Influencia social da religião’, ‘Religião e sciencia’ e ‘A Religião e a arte’. Contando ainda com subtítulos como ‘A família reformada por Jesus Christo’, ‘Sciencia social e lei moral segundo a

philosophia christã', ou 'Reintegração da ordem moral, social, política e internacional na ordem sobrenatural: VOLTA DO INDIVIDUO E DA SOCIEDADE A DEUS'.

Essa autora tampouco utiliza a palavra 'cultura' em seu índice. No segundo capítulo, intitulado 'Influencia da sociedade e do meio sobre a vida material, intellectual e moral do ser humano', a autora inicia mostrando a interinfluencia de diversos fatores, sem sobre eles recair maior peso.

Desprezar os factores economicos e physicos, é cahir num espiritalismo exaggerado, análogo ao do philospho que só considera no homem a parte espiritual; desconhecer o valor primordial do facto espiritual, é cahir no materialismo, como o fez Marx cujas theorias estudaremos em lugar próprio (PEETERS, 1935, p.12).

Após apresentar uma breve explicação acerca dos conceitos fato social e consciência coletiva de Durkheim, a autora os refuta, sob o argumento de que,

Nada há de mysterioso na pressão que exerce sobre nós o facto social. [...] A influencia mais subtil, dos movimentos de opinião, de protocollos, de modas, não precisa de uma 'consciencia collectiva' para conquistar a nossa adesão (PEETERS, 1935, p.13).

Em seguida, apresenta o subtítulo 'Verdadeira origem e natureza dos factos sociaes', fazendo uma leitura histórica de fatos importantes para a Igreja Católica, como as Cruzadas.

No quarto capítulo, 'Agrupamentos animaes e sociedades humanas', a autora inicia com uma breve comparação entre as sociedades animais, como de coelhos, abelhas e a dos homens. Mas, deixa claro, as diferenças são gritantes entre esses dois tipos de sociedade.

Porém, existem differenças essenciaes, não de grau, mas de natureza, entre os grupos animaes e as sociedades humanas. A cooperação dos homens é a de seres dotados de razão e de liberdade, possuidores de uma alma immortal e espiritual. A definição dada acima não basta para caracterizar a sociedade humana. Esta é a união permanente de seres racionaes e livres para um bem commum. União permante, e não uma aggregação temporária, como sejam as multidões accidentalmente ou voluntariamente reunidas para uma circumstancia dada (PEETERS, 1935, p.18).

A autora não traz a abordagem cultural para explicar os agrupamentos humanos. No entanto, reitera sua postura religiosa de crença da superioridade natural humana em relação aos outros animais.

Outro autor da chamada sociologia cristã é o padre Guilherme Boing. Apesar de o título do livro ser 'Sociologia Cristã', lançado em 1938, apresenta menos capítulos que façam referência direta à Igreja Católica do que o livro de Peeters. No índice, somente o capítulo 'A Igreja e a Questão Social' aparece nesse sentido. Por outro lado, em nenhum momento do índice aparece a palavra 'cultura', ou uma alusão à mesma. Esse livro faz uma correlação entre os estudos sociológicos e a resolução da 'questão social', que para Boing é o problema da diferença entre ricos e pobre, por um viés trabalhista. É interessante perceber que um autor cristão utiliza a compreensão de Marx, embora não de forma integral, para o problema dos operários. Peeters (1935) mostra-se contrária as ideias marxistas, utilizando um capítulo somente para refutá-las.

Embora Meucci (2001) coloque Spencer como um dos principais autores utilizados para compreensão de sociedade pelos livros da década de 1930, o mesmo não ocorre com Boing. Para Boing, a ideia de utilizar a explicação biológica na sociedade era simplista, por desconsiderar o espírito.

A escola biológica ou orgânica de Herbert Spencer. Este, rejeitando a teoria de Comte, põe o elemento biológico em primeiro lugar. Ele nega a supremacia do espírito. Não descobriremos os mistérios da Sociologia pelo estudo das criações intelectuais dos homens, senão pelo estudo da vida fisiológica dos indivíduos. [...] Com fundamento nas teorias Biológico-sociológicas da tendência natural da procriação, da luta pela vida ("struggle for life"), da destruição dos mais fracos e do triunfo dos mais hábil ("Survival of the fittest"), defenderam, naturalmente, a teoria da liberdade total na economia. Querem a aplicação das teorias de Darwin no terreno da vida social (BOING, 1938, p. 20-21).

Não há nessa publicação de Boing uma referência direta a como a sociedade se organiza e formula suas diretrizes e organização. No trecho apresentado, o autor passeia pelas abordagens sociológicas, criticando-as e mostrando suas fragilidades. Como seu objetivo era traçar um livro voltado para a questão trabalhista, acaba voltado para as diversas relações e formas de trabalho.

Também de 1938, 'Preciso de Sociologia', de Paulo Augusto, não se enquadra nas obras da sociologia cristã. Logo na capa o autor coloca a natureza do livro: "Espécie de programa pormenorizado ou de Somário de Sociologia , para os exames vestibulares nas Escolas Superiores" (AUGUSTO, 1940). A edição encontrada é a segunda e consta de 1940. Como o autor coloca no prefácio, a ideia do livro é mostrar concisão nas abordagens sociológicas. Em acordo com os demais títulos aqui trabalhados, o índice dessa obra não apresenta a palavra 'cultura' ou referência à mesma.

No segundo capítulo, Paulo Augusto faz a discussão sobre influência do meio sobre o ser humano. "Exageram alguns autores a acção do meio, do meio externo, nos organismos vivos" (AUGUSTO, 1940, p.40). É interessante perceber que naquele momento, assim como os outros autores aqui trabalhados, havia uma forte preocupação sobre a relação Homem X Meio, principalmente para saber qual tinha maior influencia sobre o outro. Discorrendo sobre as abordagens biológicas e mesmo religiosas sobre o aparecimento do homem, Augusto (1940) corrobora com a visão de outros autores de que "[...] é mister lembrar-se que o homem não é animal como os outros. É animal, mas nele tem de ter-se contra com o moral [...]" (AUGUSTO, 1940, p.48).

A influência do evolucionismo pode ser vista na consideração de Augusto: "Além de sofrer a acção dos agentes físicos, sofre o homem a acção do meio social, acção que, em regra, é tanto mais intensa, quanto mais adiantados são, socialmente, o homem e o meio" (AUGUSTO, 1940, p.51). Desta forma, é possível perceber no autor a concepção de que há sociedades humanas mais desenvolvidas do que outras, seja pela complexidade dos seus arranjos sociais ou pelo meio.

As concepções que mais se aproximam de cultura, mesmo em seu sentido hoje comum, estão no terceiro capítulo. "Diremos agora, em obediência ao programa oficial, algumas palavras referentes à linguagem, às artes, às invenções e às descobertas" (AUGUSTO, 1940, p.77). A palavra 'cultura' aparece em seguida, quando o autor vai exemplificar os grupos que constituem a sociedade, entre eles está "d) Grupos de cultura: Igrejas, institutos e associações de educação, sociedades beneficentes, recreativas, científicas..." (AUGUSTO, 1940, p. 77). Mesmo com o desenrolar do texto não fica claro que

conceito o autor tem de 'cultura', já que esse é dos raros momentos em que a palavra se apresenta.

O autor trabalha a questão da linguagem, que pode hoje ser considerada circunscrita nas abordagens culturais. Todavia, não o faz, limitando-se a comparar a linguagem entre diversos tipos de animais e a humana. Coloca que a linguagem humana é superior porque articulada e complexa. “[...] linguagem articulada. É esta exclusiva do homem, que é o único animal que exprime pensamento por meio de sons articulados” (AUGUSTO, 1940, p.78). Porém, não entra nas construções de sentidos através da língua.

O subtítulo seguinte é 'Arte'. Inicialmente trata das artes plásticas, e parece remeter a arte à cultura erudita, mas não o faz. Entrando na Arte como construção, o autor alega que outros animais também podem construir, como João de barro, o que faz com que a construção não seja algo essencialmente humano. Novamente, ratifica a superioridade humana na construção em relação aos outros animais. Para Augusto (1940), também a arte é algo biológico, já que, considerando como arte a dança, a música, a construção, etc., alguns animais são capazes de fazê-los.

- A arte, parece, é espontânea, como o é a linguagem e não é peculiar do homem. Já vimos que há animais rudimentarmente arquitectos, que há músicos, e, no canto, algumas aves teriam sido mestras do homem. Certos animais dançam, mesmo em a natureza.

Pode dizer-se que a arte nasceu com os homens [...] (AUGUSTO, 1940, p.94).

Há somente uma passagem em que o autor revela, discretamente, a relação da cultura com o conhecimento erudito. “É a música, por certo, a mais social das artes, visto como é a que é mais facilmente apreciável. Ainda mesmo pessoas *incultas* podem apreciar músicas [...]” (AUGUSTO, 1940, p.95, grifo nosso). Ao colocar a música como 'social' o autor associa ao conceito a ideia de acessibilidade. Desta forma, mesmo as pessoas desprovidas de cultura letrada poderiam apreciar a música. E isso se confirma posteriormente na colocação de que pessoas *incultas* podem apreciar a música.

## Considerações Finais

De maneira geral, o fato de não aparecer a palavra 'cultura' para denominar os sentidos das ações humanas é muito interessante, pois mostra que naquele período a discussão acadêmica girava em torno da discussão das raças. A moral, independente de fazer parte da sociologia cristã, aparece na maioria dos livros, evidenciando que "No limite, podemos afirmar que nossos autores trataram de discutir as condições para a constituição de uma população capaz de elevar o país à condição de progresso" (MEUCCI, 2001, p. 138).

No mais, as ideias que estavam em disputa naquele momento aparecem nos manuais de sociologia. Primeiro, a questão da disputa entre educadores cristãos e pioneiros. Depois, no que toca à cultura, a discussão sobre 'raça', o tipo brasileiro e as maneiras para fazer com que o país se alinhasse à ideia de 'progresso'. É interessante perceber as repercussões em vários setores e considerar suas interinfluências para pensar na construção hoje do material didático de sociologia.

Essa etapa inicial necessita ainda de uma discussão acerca do que estava sendo pensando na antropologia no Brasil e internacionalmente. A ideia de cultura perpassa o conhecimento antropológico, e é preciso pensar qual o lugar da Antropologia nesses manuais e no ensino básico brasileiro.

## Referências

- AUGUSTO, Paulo. **Preciso de sociologia**. Rio de Janeiro: Apollo, 1940.
- AZEVEDO, F. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos. Cap. IV – A renovação e unificação do sistema educativo, pp. 163-218. 1976
- BOING, Guilherme. **Sociologia Cristã**. Petrópolis: Vozes, 1938.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 1930. *In*
- FREITAS, M. C. de (org.), **Memória Intelectual da Educação Brasileira**. Bragança Paulista: EDusf, 1999.
- CUNHA, Marcos Vinicius. Três versões do pragmatismo deweyano no Brasil dos anos cinquenta. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 39-55, jul./dez. 1999
- FIORI, José Luís. **O Vôo da Coruja**- Para reler o desenvolvimentismo brasileiro. São Paulo: Record, 2003.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. (2006). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº especial, 188-204.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In* SCHWARCZ, Lilia (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MERÉJE, Rodrigues de. **O que é sociologia?** São Paulo: Tipografia Rio Branco, 1935.

MEUCCI, Simone. A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Campinas, SP: [s.n.] 2000.

\_\_\_\_\_. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. **Rev. Estudos de Soc.**, São Paulo, v.6, n.10, 2001.

\_\_\_\_\_. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia: um balanço. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...**, 2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

MICELI, S. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.2, n. 5, 1987

PEETERS, Francisca. **Noções de sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

SACHS, Ignacy; *et al.* **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SELLARO, L. R. A. **Educação e modernidade em Pernambuco. Inovações no ensino público (1920/1937)**. Recife: Ed. Universitária UFPE. 2009.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, M. A. O projeto civilizador na educação rural no período 1933-1942: o caso da Escola Rural Modelo no Recife. **Anais...** 2012, Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Rituais, Espaços e Patrimônios Escolares*, 2012.